

Os *think tanks* brasileiros em perspectiva: características gerais, apontamentos conceituais e possibilidades de pesquisa

THIAGO AGUIAR DE MORAES *

A discussão sobre os *think tanks* (TTs) no Brasil é bastante incipiente. Nos Estados Unidos a questão já está em pauta há mais tempo, dividindo opiniões no mundo acadêmico e no mundo das políticas públicas. Diferentes linhas teóricas foram formuladas para compreender o fenômeno dos TTs nos EUA e no resto do mundo. Grosso modo, são instituições que têm uma auto-imagem de produtoras independentes de conhecimento relevante com o objetivo de influenciar políticas públicas, servindo de ponte entre a academia e o mundo prático da política. Todavia, no Brasil essas instituições são pouco estudadas, seja pela difícil conceituação, seja pela complexidade de diferenciar Organizações Não-Governamentais (ONGs) e agências de consultoria do que seriam os TTs.

Tendo em vista as recentes discussões sobre este fenômeno, o presente artigo tem como objetivo estabelecer algumas características e possibilidades de pesquisa relativas aos TTs brasileiros. Para tanto, utilizaremos uma lista de supostos TTs elaborada por James McGann (2012), referência importante na área, e cruzaremos dados como ano de fundação, localização, vínculos com partidos políticos, órgãos do Estado e universidades. A proposta é formar um retrato dos TTs que estão em atividade atualmente. Inicialmente, faremos uma discussão conceitual sobre os TTs nos EUA e no Brasil, apresentando um estado da arte sobre a questão. Em seguida, analisaremos os TTs listados através dos critérios já citados. Por último, indicaremos questões importantes para discussão e possibilidades de pesquisa com os dados coletados. No total, 82 instituições serão analisadas. Trata-se, portanto, de um estudo preliminar, que pretende lançar luz sobre o tema e fomentar novas investigações.

1. O conceito de *think tank*: breve revisão da literatura

O conceito de TT tem origem na Segunda Guerra Mundial, em referência aos ambientes militares onde especialistas planejavam as guerras (STONE, 2007:5). Em função

* Doutorando em História na PUCRS, integrante do Laboratório de História Comparada do Cone Sul (LabConeSul), bolsista do CNPq.

disso, a *RAND Corporation* (1948), que prestava assessoria para os militares no pós-guerra, era o principal exemplo associado ao conceito no período (TEIXEIRA, 2007:106). A partir dos anos 1960 o número de *TTs* passou a aumentar, notadamente nos EUA, e o conceito lentamente tomou a forma que utilizamos atualmente. O conceito refere-se uma série de instituições das mais variadas formas, financiamento, linha de ação e *expertise* dos indivíduos que as compõem. Não há consenso na bibliografia estadunidense sobre o que é um *TT*. Inclusive, de acordo com McGann, há de 115 a 1400 *TTs* nos EUA, dadas as diferenças conceituais (apud MEDVETZ, 2008:3).

Um problema recorrente na literatura sobre o tema é o das “definições botânicas”, que tentam dar conta da diversidade dos *TTs* em classificações restritivas (ACUÑA, 2009, apud DIAS RIGOLIN, HAYASHI, 2012:27). A classificação de *TTs* por tipos ideais dificulta a operacionalização da análise de tais instituições, tendo em vista as relações de um objeto de estudo com um panorama maior. A heterogeneidade encontrada na pesquisa empírica é dificilmente pode ser enquadrada em tipos restritos. Medvetz (2008) sugere que, para sair do “dilema da definição”, deve-se pensar que o que caracteriza um *TT* é sua localização na estrutura social, suas relações de identidade e diferenciação com seus pares e o hibridismo próprio de tais instituições, e não uma classificação *a priori*.

A denominação *TT* possui uma carga de pretensão de neutralidade que deve ser levada em consideração na análise do fenômeno. Ademais da reivindicação de independência das próprias instituições em relação a partidos políticos, governos ou qualquer outra instância, os valores, estudos e projetos que um *TT* defende e difunde têm um perfil mais conservador ou progressista. Uma instituição nos moldes dos Institutos Liberais do mundo inteiro, por exemplo, tende a divulgar estudos que têm um posicionamento mais voltado para a defesa de um Estado mínimo que não interfira nas atividades econômicas e que sirva apenas de suporte. Há também *TTs* considerados progressistas, como o Economic Policy Institute (EPI) dos EUA que, conforme Medvetz, “sought to reintroduce the issue of deprivation by pointing out weaknesses in the low-wage labor market and tracing their effects on low-income Americans” (MEDVETZ, 2012:207), desempenhando um papel fundamental no debate sobre o bem-estar social.

Indícios da carga de neutralidade referida podem ser encontrados na imprensa estadunidense. O sociólogo Michael Dolny argumenta que nos EUA, os *TTs* de tendência conservadora são frequentemente citados nos textos veiculados pela imprensa sem, entretanto, serem caracterizados por seu posicionamento (1998). Ou seja, no texto é repassada a ideia de que se trata de uma instituição independente que forneceu determinado parecer técnico a respeito de uma notícia ou fato recente, e não uma opinião permeada de subjetividade e interesses específicos, para além da técnica.

Dentre as várias interpretações sobre o que é um *TT* e como ele atua, é possível considerar duas para esta breve revisão. O *TT* pode ser analisado através de uma perspectiva pluralista, como mais uma das centenas de instituições que participam do jogo democrático e buscam influenciar as políticas públicas através dos estudos elaborados por sua equipe. Com esta concepção, podemos elencar Nakamura (2002). O *TT* também pode ser interpretado partindo do princípio de que nessas instituições sempre há interesses envolvidos. Medvetz apropria-se do arcabouço conceitual bourdiano de *campo social* para analisar tais instituições. Conforme a leitura de Hayashi e Dias Rigolin a respeito de Medvetz, “a adoção desse marco conceitual implica o abandono da ‘independência’ como categoria de identificação para os *think tanks* e o reconhecimento da existência de relações intersticiais com outras organizações, sejam governamentais, empresariais ou de outra natureza” (2012:26, grifos no original).

A leitura de Medvetz nos parece mais adequada para compreender o fenômeno no Brasil. Para os objetivos deste artigo, faremos a seguir uma breve apresentação da discussão sobre os *TTs* no Brasil, mas não faremos análises com tal arcabouço teórico-metodológico.

2. A incipiente discussão sobre os *TTs* no Brasil

A discussão sobre os *think tanks* no Brasil é bastante recente. Se não há consenso sobre o conceito de *TT* na literatura estadunidense, no país o debate deu pequenos passos mesmo nas propostas de conceituação. Há *TTs* no Brasil? Se sim, quais instituições poderiam ser caracterizadas como tal? Instituições vinculadas ao Estado e universidades poderiam ser incluídas nesta categorização? Quais as diferenças e semelhanças entre tais instituições no

Brasil e nos Estados Unidos, visto que o arcabouço teórico-metodológico e a literatura são majoritariamente estadunidenses? Como pensar o fenômeno no Brasil? As principais referências que auxiliam a responder estas e outras questões sobre o caso brasileiro são Soares (2009), Teixeira (2012), Dias Rigolin e Hayashi (2012) e Silveira (2013).

Soares (2009) propõe em sua dissertação de mestrado uma conceituação alternativa ao termo *TT*, pensando nas especificidades do caso brasileiro e em uma ampla revisão bibliográfica sobre o que é um *TT*. A partir da constatação de que o termo *TT* é pouco difundido no Brasil, sugere que se utilize *Organização de Pesquisa e Aconselhamento em Política Pública* (OrPAPP). São

organizações de diversas formas jurídicas e com distintas fontes de financiamento, que realizam pesquisas sobre políticas públicas, com a finalidade de aconselhar os policy makers, influenciar a tomada de decisão política e divulgar para a sociedade os resultados obtidos em seus estudos e pesquisas (SOARES, 2009:111).

Propõe também uma classificação das OrPAPPs a partir da literatura sobre os *TTs*, com diversos critérios: a) linha ideológica declarada da organização; b) ligações da organização com governo, universidades, etc.; c) fontes de recursos; e d) orçamento (2009:112). Consideramos a proposta importante como tentativa de nova conceitualização e classificação com base no caso brasileiro. No entanto, é mais operacional do ponto de vista teórico e metodológico manter o conceito de *TT* em inglês e trabalhar de forma mais aprofundada o conteúdo do mesmo, não substituir sua denominação. Convém utilizar de forma crítica o termo corrente, que embora seja reivindicado na autoimagem de diversas instituições, deve ser utilizado para designar o fenômeno, mesmo que esteja em inglês.

Teixeira (2012) realizou um estudo exploratório através de entrevistas com 99 especialistas brasileiros de vários supostos *TTs*, questionando-os a respeito da existência dos *TTs* no Brasil, o que seriam, quais seus maiores desafios e se há espaço para influenciar a política. De acordo com a maioria dos entrevistados o fenômeno existe no Brasil, são instituições que pesquisam e produzem conhecimento, influenciam decisões políticas, e cujo maior desafio é o escasso interesse em financiar tais atividades. Por fim, argumentam que há espaço para influenciar a política no país. Teixeira traz algumas hipóteses para explicar o fenômeno no Brasil: as pesquisas no país são financiadas fundamentalmente pelo governo; há

TTs híbridos como fundações, partidárias ou não, e ONGs; o fenômeno dos *TTs* abrange também agências governamentais e fundações públicas; há *clusters* de *TTs*, como as grandes universidades brasileiras, com seus centros de pesquisas (2012:4). A autora também argumenta que os *TTs* no Brasil estão fundamentalmente relacionados com a área de Relações Internacionais e Economia (2012:5).

Dias Rigolin e Hayashi (2012) propõem um marco teórico-metodológico para pensar os *TTs* brasileiros a partir de Medvetz (2008), Acuña (2009), Braun et al (2006) e Smith (1991). Como referido anteriormente, a proposta de Medvetz implica abandono da noção de que os *TTs* seriam instituições independentes do governo, partidos e universidades, e portanto permite que outras sejam incluídas na categorização sem incorrer em uma reificação do conceito. As autoras se questionam, por exemplo, por que o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) não poderia ser classificado como *TT*, mesmo que vinculado formalmente e financiado pelo Estado, já que produz estudos e influencia políticas públicas (DIAS RIGOLIN, HAYASHI, 2012:26)? Medvetz também analisa os espaços híbridos de atuação dos *TTs*, nas fronteiras entre o campo político, econômico, midiático e o da produção de conhecimento. Acuña argumenta que os *TTs* têm como função social dominante influenciar políticas públicas. Braun propõe analisar as variáveis endógenas e exógenas que podem explicar o sucesso ou fracasso na influência referida. Já Smith sugere analisar os *TTs* a partir dos papéis e perfis dos especialistas destas organizações (apud DIAS RIGOLIN, HAYASHI, 2012:26).

Silveira (2013) analisou o *TT* Instituto Millenium, suas atividades e os indivíduos que o compõem desde sua fundação, em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional (2013:56). Trata-se de um *TT* militante que promove valores liberais “com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens e empresários que [...] não conta com um corpo oficialmente remunerado de especialistas dedicados a produzir artigos e pesquisas científicas” (2013:51). Através da análise de editoriais de *O Estado de S. Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* e das menções ao Instituto Millenium nesses veículos, no primeiro semestre de 2009 e no segundo semestre de 2011 (2013:126), a autora concluiu que a instituição age fundamentalmente como difusora de ideias, e não através da produção de políticas públicas, como é o caso de muitos *TTs* estadunidenses.

A partir dessas considerações, é possível pensar em um panorama geral dos *TTs* brasileiros. Embora a proposta aqui não seja fazer uma análise aprofundada de cada *TT* listado, pretendemos formar um retrato destas instituições que estão em atividade atualmente. Na próxima seção faremos um estudo preliminar, com o intuito de fomentar novas pesquisas sobre o fenômeno dos *TTs* no país.

3. Breve estudo das características dos *TTs* brasileiros

Através do banco de dados de McGann (2012), pudemos destacar os 82¹ *TTs* brasileiros entre os milhares espalhados pelo mundo. Pretendemos estabelecer um retrato dos *TTs* em atividade atualmente, ignorando possíveis instituições desse tipo que atuaram no

¹ Os *TTs* são os seguintes, em ordem alfabética: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, Center of Strategic Studies (NEE), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Centro de Estudos das Negociações Internacionais, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais, Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Centro de Políticas Sociais, Centro de Referência em Informação Ambiental, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, CIRAD - Center of International Cooperation in Agronomic Research for Development, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Empresa de Pesquisa Energética, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, Fundação João Mangabeira, Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini, Fundação Liberdade e Cidadania, Fundação Perseu Abramo, Fundação Ulysses Guimarães, Fundação Verde Herbert Daniel, Instituto Astrojildo Pereira, Instituto Atlântico, Instituto Brasil Futuro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Instituto Brasileiro de Economia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Centro de Vida, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, Instituto de Estudos Avançados, Instituto de Estudos da Religião, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Instituto de Relações Internacionais (IREL), Instituto Euvaldo Lodi, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade, Instituto Innovare, Instituto Jones dos Santos Neves, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Millenium, Instituto Nacional de Altos Estudos, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Pólis, Instituto Política Global, Instituto Políticas Alternativas para o Cone-Sul, Instituto Sociedade, População e Natureza, Instituto Teotônio Vilela, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Markestrat - Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia, Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, Núcleo de Estudos da Violência, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, Sun Institute of Development, Transparência Brasil, Vigilância Democrática.

passado e já foram extintas. Através da análise dos *TTs* listados, pudemos apurar algumas características que podem nos ajudar a pensar o caso brasileiro.

Ao separarmos as instituições por ano de fundação e dividirmos os mesmos por década, obtivemos o seguinte resultado: 2 nos anos 1940; 2 nos anos 1950; 4 nos anos 1960; 10 nos anos 1970; 17 nos anos 1980; 16 nos anos 1990; e 18 nos anos 2000.² O *TT* mais antigo é a Fundação Getúlio Vargas (FGV), fundada em 1944. Já os mais recentes são o Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (CEIRI) e a Fundação Verde Herbert Daniel, ambos de 2007.

A partir dos anos 1980, portanto, há um crescimento no número de *TTs* fundados. Possivelmente, com o processo de abertura política e de redemocratização pós-ditadura, houve também abertura para a criação de instituições que pudessem pautar políticas públicas em novo contexto. Com uma sociedade cada vez mais complexa, mais interesses passam a ser representados nos *TTs*.

Outra questão que pode ser colocada é a quantidade de *TTs* que foram criados dentro do período ditatorial e quantos atuaram durante este período, mesmo fundados anteriormente. Em nossa listagem, encontramos 29 *TTs* em atuação até 1985, e 25 destes foram criados entre 1964 e 1985. A esse respeito, deve-se lembrar que o conhecimento técnico era altamente valorizado na esfera governamental, e os *TTs* possivelmente podiam cumprir um papel importante nessa área. Portanto, podemos adiantar algumas questões que configuram possibilidades de pesquisa: como funcionavam tais instituições em um período autoritário, e quais as características de seu relacionamento com o Estado e com a sociedade civil?

Na mesma esteira de análise, montamos um retrato geográfico dos *TTs* listados, separando-os por região. No Rio de Janeiro e em São Paulo há 22 *TTs*, respectivamente. Já no Distrito Federal há 16. Há 12 *TTs* localizados em outras regiões, que são: Bahia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Pará, Espírito Santo (2), Paraná (2) e Rio Grande do Sul (2).³ Ou seja, há ao menos um na listagem para cada região do país. A concentração na região Sudeste e em Brasília já era esperada, pois constituem o centro político e econômico do país. Como tais instituições são voltadas para o *policy making* e para a difusão de seus estudos e ideias, nada mais coerente do que localizar-se próximo aos centros de poder. Já a disponibilidade de

² Para 10 dos 82 *TTs* não conseguimos identificar o ano de fundação.

³ Não foi possível estabelecer corretamente a localização da sede em 10 *TTs*.

TTs para todas as regiões do país reflete uma *expertise* que também é regionalizada, o que contribui para o desenvolvimento das políticas públicas locais possivelmente de forma mais eficiente do que *TTs* de abrangência nacional.

Há diversos *TTs* que têm ligações com universidades brasileiras. 12 deles atuam no interior de uma universidade e 1 deles está associado a uma. Eles concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, e apenas dois deles localizam-se em Brasília, no interior da Universidade de Brasília (UnB). A vinculação de um *TT* a uma universidade pode reforçar a pretensão de legitimidade e de autoridade dos estudos produzidos. Por outro lado, a instituição pode perder em capacidade prática de difundir seus estudos, convertê-los em projetos de lei, ou se adequar ao tempo das políticas públicas. Na verdade, a vinculação direta com uma universidade pode ser mal vista por *TTs* que se consideram mais independentes do que os seus pares, visto que embora a *expertise* seja valorizada, o mundo do *policy making* é o mundo da prática, pouco afeito a longos e abstratos estudos acadêmicos.

Em nossa amostragem, há 8 *TTs* que estão formalmente vinculados ao Estado. Destes, 6 foram criados antes da década de 1980. Portanto, os *TTs* vinculados ao Estado que são mais antigos são mais numerosos. É importante observar também que dos 8, 6 estão localizados fora do centro, como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Isso indica que, na nossa amostragem, a inserção dos *TTs* nas regiões mais afastadas dos centros de poder político e econômico se dá majoritariamente na forma de instituição vinculada ao Estado. Além disso, o fato destes serem mais antigos, fundados antes dos anos 1980, indica a premência da questão do planejamento e do papel central do Estado como gerador de políticas públicas para lidar com a complexidade de aspectos regionais desde muito cedo no país. Pode ser um indicativo da necessidade de inovação e reforço nas políticas públicas gestadas pelo Estado a partir de uma perspectiva regional, que *TTs* nacionais, ou mesmo o aparato estatal federal, podem não dar conta.

Identificamos 9 *TTs* ligados aos seguintes partidos políticos: PMDB, PT, DEM (2), PSB, PSDB, PV, PDT e PPS. Portanto, os principais partidos políticos brasileiros têm seu espaço de pesquisa e difusão de ideias. Cabe mencionar a Fundação Lauro Campos, que pode ser considerado também um *TT*, e é vinculado ao PSOL, mas que não está na nossa amostragem. Nesse sentido, cabe pensar qual é a importância da difusão de ideias do partido

através de estudos produzidos por essas instituições, tendo em vista uma possível capitalização política dessa difusão. Além disso, devido à sua natureza, os canais de acesso para o encaminhamento de estudos na forma de políticas públicas podem ser mais favoráveis em comparação com outros *TTs*. Por outro lado, qual a relevância dessas instituições em comparação com outras que defendem a sua independência perante o público? Possivelmente a vinculação a partidos políticos pode ser um fator que desvaloriza a *expertise* dos seus integrantes, no caso dos que não ocupam cargos eletivos e que não são candidatos aos mesmos. Há de se considerar a possibilidade de ser realizada, através destes *TTs*, uma desvinculação de projetos que são eminentemente da plataforma política do partido da política pública gestada na instituição, utilizando-se do manto de neutralidade técnica que os *TTs* assumem em sua autoimagem.

4. Apontamentos conceituais e possibilidades de pesquisa

A partir dos dados analisados na seção anterior, podemos elencar uma série de possibilidades de pesquisa e refinamentos conceituais que podem contribuir para a discussão sobre os *TTs* brasileiros.

Há uma série de *TTs* que não foram referenciados por terem atuado apenas no passado. É o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que influenciou fortemente as políticas públicas do país nos anos 1950 com um foco desenvolvimentista da economia, até ser extinto em 1964, com o golpe. Ainda na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, o recurso às entidades de assessoria técnica para elaboração de projetos e estudos que embasassem o desenvolvimento econômico do país tornou-se evidente. Os escritórios de consultoria referidos surgiram em grande quantidade. A CONSULTEC é um ótimo exemplo, pois

proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativistas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contatos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões. (DREIFUSS, 1986:86)

Portanto, havia a tentativa de catalisar as aprovações do Congresso através da ação dos escritórios de consultoria, que elaboravam relatórios técnicos sobre temas que potencialmente se transformariam em políticas públicas. A CONSULTEC atuou da década de 1960 à década de 1980 (FARO, 2002), e elaborou mais de novecentos projetos (FARO, 2002:30). O caso da CONSULTEC tem a especificidade de ter serviços contratados, o que implica privacidade dos projetos elaborados, embora as súmulas estejam disponíveis para consulta. Entretanto, como não pensar a CONSULTEC como um *TT*, visto que articulou um grande número de projetos de modernização do Estado? Trata-se, novamente, de uma discussão sobre a abrangência do conceito de *TT* e as fronteiras entre essas instituições e as agências de consultoria, com estreitas relações com o Estado.

Também podemos citar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que atuou de 1961 a 1971. Embora tenha assumido um papel importante na desestabilização do governo de João Goulart e em diversas ações que contribuíram para a queda do presidente, também difundiram estudos produzidos pelas suas equipes e tiveram influência nas políticas públicas adotadas pelos militares posteriormente. Portanto, as entidades citadas acima almejavam influenciar políticas públicas e, embora extintas, poderiam ser consideradas *TTs*.

Como pudemos observar na seção anterior, há uma série de *TTs* ligados a partidos políticos. Visto que entre as equipes dirigentes e membros destas instituições há políticos que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, submetem projetos de lei e/ou levam a cabo um plano de governo, cabem algumas questões sobre as relações destes *TTs* e seus partidos políticos. Há ligação entre o conhecimento produzido e difundido dentro destas instituições e os projetos de lei elaborados por seus políticos? Que autonomia a instituição tem para a pesquisa independente, visto que está ligada a um partido político específico? Que credenciais um político deve ter para atuar na equipe diretiva do *TT* que está vinculado ao partido político, e que tipo de prestígio tal participação garante na carreira do mesmo? As questões colocadas dizem respeito diretamente ao conceito de *TT*: ora, como uma instituição pode ser independente, mesmo em sua autoimagem, se de forma explícita está vinculada a um partido político?

Nos EUA há um tipo de *TT* conhecido como *vanity/legacy think tank*. Conforme Teixeira, eles são “affiliated, most of all, to political authorities, like former presidents”

(2012:14). Estes indivíduos oferecem seu acervo pessoal para a construção de bibliotecas, ou eles mesmos as constroem (2012:15). No caso do Brasil, temos dois exemplos bastante claros de presidentes que deram seu nome a institutos e que podem se encaixar nessa categoria: o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e o Instituto Lula (IL). Em nossa amostragem, apenas o primeiro aparece, embora o segundo seja uma importante referência. O iFHC aparece no relatório da *Go To Think Tank* em 61º lugar na categoria global *Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy* e em 10º lugar na categoria *Top 45 Think Tanks in South and Central America*. Nesse sentido, cabe questionar qual a influência que um instituto desse tipo pode ter nas políticas públicas nacionais quando estas estão vinculadas ao prestígio de um ex-presidente da República? Essas ideias são aceitas mais rapidamente? Os canais de acesso ao Congresso são menos restritos?

Outras possibilidades de pesquisa com a mesma amostragem que utilizamos é identificar os diferentes apoiadores e financiadores dos *TTs* listados e cruzar os dados. Somado a isso pode ser realizada uma classificação dos tipos de *TTs* e da tendência política dos mesmos. Cruzando todas essas informações, é possível obter indícios de quais tipos de *TT* obtêm maior apoio técnico e/ou financeiro de outras instituições.

Considerações finais

A partir da análise dos *TTs* listados no relatório *Go To Think Tanks* de 2012, pudemos identificar algumas características e inferir algumas questões conceituais e possibilidades de pesquisa nessa temática recente. Percebemos que a maior parte dos *TTs* brasileiros foram fundados a partir dos anos 1980, refletindo uma maior necessidade de gestação de políticas públicas a partir do processo de abertura política e tendo em vista a crescente complexidade da sociedade e dos problemas do país. Identificamos que dos 82 *TTs* analisados, 29 atuaram durante a ditadura iniciada em 1964, e 25 foram criados entre 1964 e 1985. Uma possibilidade de pesquisa é analisar quais as características da relação entre esses *TTs* e o Estado em um contexto autoritário. Também apuramos que, embora a maior parte dos *TTs* esteja situada entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, todas as regiões brasileiras têm ao menos um *TT* na

listagem. Identificamos a existência de diversas destas instituições vinculadas a universidades, partidos políticos e órgãos do Estado. Além dos dados analisados, também propusemos algumas questões, como a necessidade de pesquisar *TTs* já extintos que tiveram papel relevante na construção do Estado brasileiro, e se realmente podem ser considerados *TTs*. Outro problema levantado foi a ligação dos *TTs* com partidos políticos, e também a existência de instituições deste tipo ligadas a ex-presidentes, como o iFHC e o IL.

Referências

ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina: un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México y Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD) SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 14., 2009, SALVADOR. Anales electrónicos... Disponível em: <<http://www.udesa.edu.ar>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRAUN, Miguel et al. Lejos de 'thinktanklandia': los institutos de investigación de políticas en los países em desarrollo. In: GARCÉ, Adolfo, UÑA, Gerardo (Org.). *Think tanks y políticas públicas em Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

DIAS RIGOLIN, C. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Por dentro dos reservatórios de idéias: uma agenda pesquisa para os think tanks brasileiros. *Liinc em Revista*, v. 8, n. 1, mar. 2012, p. 20-33.

DOLNY, Michael. What's in a label? Right-wing think tanks are often quoted, rarely labeled. *Extra!*, may/june 1998. Disponível em: <<http://fair.org/extra-online-articles/whats-in-a-label/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FARO, Luiz Cesar. 1964: Harvard, codinome CONSULTEC? *Insight-Inteligência*, ano 4, n. 16, jan./fev./mar. 2002, pp. 18-39.

MCGANN, James G. *2011 Global Go To Think Tanks Report*. University of Pennsylvania, Philadelphia, 2012.

MEDVETZ, Tom. *Think tanks as an emergent field*. New York: Social Science Research Council, 2008.

_____. *Think tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

NAKAMURA, Madoka. *NIRA's World Directory of Think Tanks 2002 – Introduction*. Disponível em: <<http://www.nira.or.jp/past/ice/nwdtt/2005/intro/intro2002.html>>. Acesso em 31 mar. 2013.

SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. 2013. 242 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SMITH, James. *The idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991.

SOARES, Júnia Rosa. *Think tanks: um esforço para a estruturação de conhecimentos sobre o fenômeno e sua influência sobre políticas públicas no Brasil*. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de pós-graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

STONE, Diane L. “Garbage Cans, Recycling Bins or Think Tanks? Three Myths about Policy Institutes”, *Public Administration*, 85.2, 2007, pp. 259-278.

TEIXEIRA, Tatiana. Brazilian Think tanks and their search for identity and recognition. In: 2012 Congress of the LASA 'Toward a Third Century of Independence in Latin America', 2012, San Francisco. *Annals of the 2012 Congress of the Latin American Studies Association*, 2012.

_____. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

UÑA, Gerardo. Think tanks en Argentina: sobrevivendo a la tensión entre participación y La permanencia. In: GARCÉ, Adolfo; UÑA, Gerardo (Org.). *Think tanks y políticas públicas em Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.